
Espaços alternativos de educação para o trabalho: formação e prática dos educadores em contextos de vulnerabilidade social

Alternative spaces of education for work: formation and practice of educators in contexts of social vulnerability

Espacios alternativos de educación para el trabajo: formación y práctica de educadores en contextos de vulnerabilidad social

Oliveira, Ilzimar Glória Ferreira¹ (Salvador, BA, Brasil)

ORCID ID: <https://orcid.org/0000.0003.2653.4046>

Teixeira, Ana Maria Freitas² (Salvador, BA, Brasil)

ORCID ID: <https://orcid.org/0000.0001.9029.3676>

Resumo

O texto tem como objetivo tratar da oferta de educação profissional pelo terceiro setor a partir de resultados de pesquisa realizada junto a duas Organizações não Governamentais (Ong's) localizadas na periferia da cidade do Salvador, capital da Bahia. A reflexão proposta considera que paralelamente a existência de uma rede federal estruturada em torno dessa modalidade educativa que, inclusive, conta com reconhecimento e prestígio é possível identificar a existência de uma outra 'rede' que direciona sua oferta de formação para o trabalho à uma população jovem caracterizada pela situação de vulnerabilidade. Se por um lado o perfil dos jovens atendidos distingue essas duas redes, por outro lado a oferta de formação para o trabalho é um ponto de convergência entre elas, apesar de todas suas especificidades. Essas especificidades, no entanto, não impedem que esses dois universos se confrontem com a questão da formação e da prática pedagógica de seus docentes e instrutores quando se trata de lidar com as interfaces entre educação e trabalho em situações de aprendizagem que envolvem as juventudes. Para tratar desses aspectos foram realizadas entrevistas narrativas com os responsáveis pelos cursos oferecidos pelas Ong's pesquisadas.

Palavras-chave: Educação profissional. Organização não-governamental. Formação pedagógica. Juventude.

Abstract

The text aims to address the offer of professional education by the third sector based on results of research carried out with two non-governmental organizations (NGOs) located in outskirts of the city of Salvador, capital of Bahia. The proposed reflection considers that, in parallel existence of a federal network structured around this educational modality that even counts with recognition and prestige it is possible to identify the existence of another 'network' that directs its provision of job training to a young population characterized by a situation of vulnerability. If, on the one hand, the profile of the young people served distinguishes these two networks, on the other hand the offer of training for work is a point of convergence between them, despite all their specificities. These specificities, however, do not prevent these two universes from confronting the issue training and pedagogical practice of its teachers and instructors when it comes to dealing with interfaces between education and work in learning situations involving youth. For addressing these aspects, narrative interviews were conducted with those responsible for the courses offered by the surveyed NGOs.

Keywords: Professional Education. Non-governmental organization. Pedagogical formation. Youth.

Resumen

El texto tiene como objetivo abordar la oferta de educación profesional del tercer sector basada em resultados de la investigación realizada con dos organizaciones no gubernamentales (ONG) ubicadas en periferias de la ciudad de Salvador, capital de Bahía. La reflexión propuesta considera que, en paralelo existencia de una red federal estructurada alrededor de esta modalidad educativa que incluso

¹ Departamento de Educação. Universidade do Estado da Bahia (UNEB-Campus XIV). E-mail. ilzigferreira@gmail.com.

² Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas. Pós graduação *Lato Sensu* em "Educação, Cultura e Diversidades". Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB/CECULT). E-mail. ana.f.teixeira@hotmail.com.

cuenta con reconocimiento y prestigio, es posible identificar la existencia de otra "red" que dirige su provisión de capacitación laboral a una población joven caracterizada por una situación de vulnerabilidad. Si, por un lado, el perfil de los jóvenes atendidos distingue estas dos redes, por otro lado, la oferta de la formación para el trabajo es un punto de convergencia entre ellos, a pesar de todas sus especificidades. Sin embargo, estas especificidades no impiden que estos dos universos confronten el problema de la formación y práctica pedagógica de sus profesores e instructores a la hora de tratar interfaces entre educación y trabajo en situaciones de aprendizaje que incluyen a jóvenes. Para abordar estos aspectos, se realizaron entrevistas narrativas con los responsables de los cursos ofrecidos por las ONG encuestadas.

Palavras-Clave: Educación profesional. Organización non-gubernamental. Formación pedagógica. Juventud.

Introdução

Em geral quando se fala em educação ou formação profissional a primeira referência que emerge são as instituições que integram a chamada Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) instituída em 2008 mediante pela Lei n. 11.892. Essa Rede reúne, atualmente, 38 Institutos Federais, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UFTPR), dois Centros Federais (Rio de Janeiro e Minas Gerais), 23 Escolas técnica vinculadas a universidades federais (inclusive as agrotécnicas) e o Colégio Pedro II³. Assim, ela reúne algumas das unidades de ensino brasileiras mais reconhecidas quando o assunto é formação para o trabalho e recebe muitos jovens que buscam uma certificação profissional de nível médio que lhes ofereça alguma vantagem relativa no processo de inserção no mercado de trabalho.

É certo que a perspectiva dos jovens que ingressam e concluem suas formações nessas instituições é, preferivelmente, o mercado formal que, ainda assegura alguma proteção social àquele que vive do próprio trabalho. Além disso, essa Rede acumulou ao longo dos seus mais de 100 anos de história o prestígio de formar excelentes profissionais de nível médio para diferentes áreas de atuação, quais sejam: metalurgia, eletromecânica, informática, edificações, automação industrial e tantos outros. Estes contam com um corpo docente de elevada titulação, são mestres e doutores, o que não pode ser negligenciado quanto aos avanços no perfil daqueles que atuam nesse nível e modalidade de ensino apesar da questão da formação pedagógica permanecer um desafio a ser enfrentado já que os títulos acadêmicos nem sempre garantem esse aspecto.

³ O Colégio Pedro II passou a integrar a Rede em 2012 mediante a Lei nº 12.677.

Foi olhando para esse mundo da educação profissional pública federal com estrutura estável, oficinas, laboratórios, bibliotecas, professores titulados etc., que recebeu, em 2018, cerca de 900 mil jovens estudantes brasileiros que conseguiram uma vaga nessa rede prestigiosa e reconhecida socialmente, que nos interrogamos sobre o que ocorre em outras instituições situadas fora desta esfera, que intencionam oferecer alguma formação para o trabalho a outros tantos jovens brasileiros que encontram muitas dificuldades para se manter na escola e que, tantas vezes, abandonam o percurso de escolarização antes mesmo de concluir o Ensino Fundamental (EF).

De fato, o Brasil tem índices alarmantes de abandono: em 2017 eram 10,3 milhões de jovens entre 15 e 17 anos de idade. Desses 1,5 milhão deixaram de se matricular e dos 8,8 milhões matriculados, cerca de 700 mil deixaram a escola antes do ano letivo acabar e assim, somente cerca de 7 milhões (59%) concluíram o Ensino Médio na idade adequada. Observando dados de 2019, temos que a Síntese de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) confirmam que 7,6% dos jovens entre 15 e 17 anos (737 mil jovens) não frequentavam a escola e nem tinham concluído o Ensino Médio (EM).

Contudo, apesar do Ensino Médio ser apontado como gargalo da Educação Básica ocorre que entre os que abandonam a escola sem concluir essa etapa, cerca de 65% já abandonaram a escola antes mesmo de concluir a Ensino Fundamental. As regiões Norte e Nordeste apresentam índices ainda piores que a média nacional. Tomando como exemplo a Bahia, onde a pesquisa que apresentamos aqui foi realizada, mais especialmente na cidade de Salvador, vemos que a situação é dramática quando verificamos os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC, 2018) realizada pelo IBGE: o abandono começa já no Ensino Fundamental 1 entre os 11 e 14 anos de idade com 20% e sobe para 47% quando a faixa etária avança para 14 a 17 anos, ou seja, 4 entre 10 alunos ou já abandonaram a escola ou ainda não atingiram o Ensino Médio.

São esses jovens que não concluem a escolarização básica os que compõem o público que engrossa as fileiras dos excluídos, dos trabalhadores em situação de contrato precário, sem a seguridade social mínima, quando sabemos, por uma série de pesquisas, que uma trajetória escolar bem sucedida tem se revelado um espaço decisivo de experiências positivas para outros processos de integração social.

Voltada para esses jovens de baixa escolaridade observamos a existência de uma outra rede. Nos referimos às Organizações não Governamentais (Ong's)⁴ que oferecem, dentre outras, atividades de formação para o trabalho a jovens que não conseguiram concluir seu processo de escolarização e que, portanto, ou não concluem a educação fundamental ou mesmo, quando avançam para o ensino médio, experimentam o movimento pendular entre escola-trabalho-escola.

Isto faz com que a atuação dos\das profissionais da educação e da formação para o trabalho, fora do espaço da educação formal, tenham um papel de suma relevância nessas trajetórias disruptivas, na medida em que são, não apenas os\as responsáveis pela mediação na aquisição de conhecimento, mas também, pelas interações e estímulos nos processos de apropriação do conhecimento e desenvolvimento de habilidades e de competências de um cem número de jovens que não concluíram a escolarização ou estão, ainda, por concluir.

Em que pese o fato de que a formação para o trabalho não sirva mais como garantia de obtenção de um posto de trabalho, este último ainda representa, para pessoas em situação de desvantagens múltiplas, especialmente para as pessoas jovens (aqui considerado o universo dos 16 até 24 anos de idade), um importante recurso para sair da condição de privação absoluta e conquistar reconhecimento social.

Entretanto, indagamos se a formação que os profissionais que atuam nessa área recebem nas Universidades e em outras instituições, os qualifica para o trabalho com um público, certamente descrente de suas chances em uma vida melhor ou da possibilidade de que uma qualificação para o trabalho possa influir significativamente em seu futuro. Responder de forma definitiva a este questionamento ultrapassa as fronteiras deste trabalho, mas desejamos que este seja objeto de reflexões a serem aprofundadas posteriormente.

Algumas Ong's têm, na esteira deste contexto, se ocupado da parcela da população jovem, que tendo ou não a escolarização básica concluída (Ensino Fundamental e Médio) encontra-se praticamente excluída da agenda das políticas sociais, e correm o risco de nunca sair da situação de vulnerabilidade social. Os

⁴ No Brasil, a partir da Conferência Mundial das Organizações Unidas conhecida como ECO-92, o termo Organização não governamental passou a ser amplamente adotado distinguindo-se das entidades comunitárias, de autoajuda e filantrópicas. Essa denominação de ONG advém do sistema ONU e foi adotada pelo Banco Mundial com o fim de identificar entidades que não pertençam ao aparelho de Estado.

docentes e\ou ajudantes dos projetos, os chamados monitores\instrutores, vêm trabalhando com esse público nos diferentes projetos e programas do chamado terceiro setor. Segundo Carvalho e Carvalho (2006) a maioria dos profissionais que atuam junto a jovens com pouca escolaridade são psicólogos ou assistentes sociais, ou seja, sem formação pedagógica.

É certo que o terceiro setor se multiplicou ao longo das últimas décadas do século XX como um reflexo da ascensão do neoliberalismo que reduziu a presença do Estado no campo das ações sociais (DELUIZ, GONZALEZ, PINHEIRO, 2003), e muitas dessas organizações se pautaram na oferta de formação profissional a jovens e trabalhadores em geral. Entretanto, em certos contextos muitas dessas organizações passaram a oferecer esse tipo de formação em função de financiamentos advindos de políticas públicas voltadas à formação dos trabalhadores brasileiros tal como foi possível observar ao longo da efetivação das ações oficiais do PLANFOR (Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador), entre 1995 e 2003, que teve continuidade com o Plano Nacional de Qualificação (PNQ)⁵, iniciado em julho de 2003. Deluiz, Gonzalez e Pinheiro (2003) problematizam a atuação dessas Organizações nessa esfera indicando que:

se por um lado a participação das Ong's nas políticas públicas aponta para um esvaziamento do papel do Estado na área social, contraditoriamente, ela traz a possibilidade de atuação a partir de uma perspectiva ético-política, que se subordine à racionalidade societária através da ruptura do monopólio estatal da esfera pública, alargando os espaços de cogestão democrática das políticas.

Nesse mesmo trabalho em que apresentam o resultado do balanço da atuação das Ong's do Rio de Janeiro, entre final dos anos 1990 e início dos anos 2000, as autoras indicam que apesar de buscarem “melhoria da qualidade de vida e oportunidades sociais para segmentos da sociedade em desvantagem social, muitas vezes, sua prática educacional é assistencialista e contribui para a manutenção das desigualdades sociais”. Elas acrescentam ainda, no âmbito das avaliações feitas quanto às formações profissionais oferecidas por essas Ong's no contexto desses Planos Nacionais, que o que acaba se evidenciando são políticas compensatórias onde as formações oferecidas se configuram como paliativos ao desemprego e a exclusão social: formações de curta duração voltadas a ocupações que exigem pouca ou nenhuma escolaridade e associadas, no mais das vezes, ao mercado informal.

⁵ Para maiores informações sobre esses Planos ver: Cêa (2007) e Silva (2011).

Além disso, as autoras destacam que as organizações raramente têm alguma discussão acumulada sobre educação profissional ou questionam as políticas vigentes.

Visando traçar um panorama semelhante ao apresentado acima, Bellizia (2012), em uma ampla pesquisa, oferece um balanço dos cursos oferecidos por Ong's que atuam na formação profissional na cidade de São Paulo envolvendo 64 organizações. Ela assinala, em seus resultados, a ausência de debate interno sobre os conceitos da educação profissional, a vinculação entre os cursos oferecidos e os órgãos de assistência social e/ou do trabalho do município de São Paulo. A investigação concluiu que os cursos ofertados contavam com uma estruturação mínima e as instituições apresentavam a infraestrutura básica adequada para essa oferta.

Aqui nos detemos em um aspecto que nos interessa em particular: o perfil dos profissionais que atuam nessas organizações. Bellizia (2011) indica que esses profissionais são, em sua maioria, de nível superior e contratados pelas Ong's, ou seja não são voluntários, o que contraria o senso comum de que essas instituições dependem do voluntariado para existirem. A combinação desses aspectos sugere, de fato, uma certa estruturação das atividades oferecidas e remete a fontes de financiamento que viabilizam a manutenção de uma equipe permanente, ainda que pequena com, em sua maioria, quatro integrantes. Dentre esses quatro profissionais os pedagogos, assistentes sociais e psicólogos são os mais frequentes.

Detalhando um pouco o aspecto da escolaridade dos educadores/formadores Bellizia (2011) indica preocupação ao registrar que 10 dentre as 64 Ong's pesquisadas contratam educadores com apenas o ensino médio completo e apenas 20 delas contam com educadores com licenciatura.

Se observamos o conjunto dos aspectos mencionados até aqui podemos indicar, com certa tranquilidade, que entre formação profissional e Ong's se estabelece uma relação complexa atravessada por um leque vasto de variáveis e conjunturas. Nos interrogamos, assim, sobre essa relação observando, mais especialmente, quem são aqueles que atuam nas formações para o trabalho que elas oferecem aos jovens que circulam nas periferias dos grandes centros urbanos como é o caso de Salvador, capital da Bahia, onde entre dez jovens de 18 a 24 anos, oito

deles ou tinham abandonado a escola ou ainda não tinham ingressado no ensino superior (IBGE/PNADC, 2018).

Assim, o presente texto busca focalizar alguns elementos do fazer pedagógico de duas instituições que lidam com jovens e seus processos de aprendizagem, fora da esfera formal de ensino. Procuramos discutir e compreender o posicionamento dos agentes institucionais formadores, professores e instrutores técnicos, em relação ao desempenho profissional para o trabalho socioeducativo. Como suporte teórico nos pautamos nos debates e concepções da pedagogia social, compreendida como base reflexiva de uma área de conhecimento, cuja perspectiva é de

uma orientação educacional em que o mundo, os povos, a sociedade, os problemas sociais e o trabalho social são observados através de lentes pedagógicas sociais. (...) Ela pode ser vista como uma maneira de pensar em que medidas os pontos de vista social e pedagógicos são entrelaçados, em que vários tipos de ajuda social podem ser organizados. As ideias que combinam perspectivas social e pedagógicas podem produzir linhas teóricas e conduzi-las à formação de um segmento especial de estudo (OTTO, 2009, p.38-39)

Assim, sem perder de vista esse debate apresentamos, a seguir, parte dos dados produzidos no escopo da pesquisa⁶ realizada junto a duas Ong's localizada na periferia de Salvador.

Os achados da pesquisa

Para melhor sistematizar os dados e oferecer ao leitor um retrato geral do universo investigado, optamos por organizar esse item em duas partes dedicando cada uma delas a apresentar uma das instituições investigadas e os profissionais que nelas atuavam no período em que se realizou o trabalho de campo: a Casa do Cuidar e o Centro de Formação (CEFO). Antes disso, porém, indicamos, logo na sequência, o viés metodológico e o instrumento central de produção dos dados que foi adotado.

Considerando o interesse no perfil geral daqueles que atuam na formação profissional oferecida pelas Ong's e os desafios em lidar com a diversidade de elementos que caracterizam os aspectos pedagógicos nessa modalidade de experiência formativa, o instrumento utilizado para produção de dados foi a entrevista narrativa cujo objetivo é "reconstruir, o mais imanente possível, o cabedal de

⁶ Dados coletados para a tese de doutoramento pela a Universidade de Viena, defendida em 2016, intitulada Caminhos biográficos em espaços educacionais não-formais: jovens no Brasil a caminho da autoconstrução (tradução).

experiência e orientação do informante, na contínua retração da influência do pesquisador sob os pontos de relevância do informante” (SCHÜTZE, 1987, *apud* KÜSTERS, 2009, p. 21. Nas entrevistas os formadores expressaram suas visões sobre a formação e os trabalhos que fazem. As narrativas de trabalho dos envolvidos podem nos proporcionar um olhar sobre objetividades e subjetividades no tempo-espaço da atuação profissional. A narração tem também uma dimensão formativa na medida em que proporciona ao narrador a reflexão e uma nova perspectiva sobre o acontecimento e sobre si mesmo. A narração está situada, portanto, no campo da construção de sentido.

Para o presente texto tomamos os dados das entrevistas de duas pedagogas e dois instrutores técnicos que atuavam nas duas Organizações não-Governamentais pesquisadas que passaremos a identificar com os seguintes codinomes: Casa do Cuidar e Centro de Formação (CEFO).

As Instituições, como lugares de aprendizagem podem ser tratadas da perspectiva do espaço e suas interações e práticas constitutivas. Espaço é uma categoria de pensamento, que historicamente foi considerada, na ciência e no senso comum, como um “substrato material”, como um território. Essa perspectiva mudou drasticamente, de forma que hoje existem inúmeras pesquisas sobre o espaço, sua constituição, formação, estrutura e suas relações de reciprocidade com as pessoas. Da perspectiva do trabalho pedagógico, os espaços podem ser entendidos como estruturações que têm influência nos processos de aprendizagem e de formação, nas formas de comunicação e ação, segundo Schrammel (2008, p. 94). Para ele “através do espaço pode ser entendida e representada a simultaneidade da multiplicidade. A análise de modelos espaciais possibilita a identificação de fatores de influência e reciprocidade de relações, como por exemplo o exercício e a representação de poder nos contextos pedagógicos” (SCHRAMMEL, 2008, p. 97). Neste sentido, o espaço dos cursos são complexidades, apresentando elementos objetivos e subjetivos a serem considerados pelos docentes e instrutores, uma vez que têm incidência sobre o decorrer dos acontecimentos nos períodos e processos de qualificação.

O Centro de Formação (CEFO)

O Centro de Formação – CEFO oferece um projeto conjuntamente com a organização não governamental Cooperação para o Desenvolvimento e Morada

Humana (CDM), que desenvolveu e construiu o projeto em parceria com a Secretaria do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza – SEDES utilizando os recursos do Programa Jovens Baianos. Além do Subúrbio Ferroviário de Salvador⁷, este mesmo projeto do CEFO acontece em mais dois bairros periféricos da cidade de Salvador em articulação com outras instituições. O Centro tem parceria com algumas empresas do ramo da construção civil, assegurando que os jovens participantes recebam meio salário mínimo e assinem um contrato de aprendiz. Nessas empresas eles fazem um estágio prático de sete meses, depois dos cinco meses de duração do Curso que ocorre na sede da instituição. O curso para a construção civil vem sendo oferecido desde o ano de 2000, entretanto apenas em 2007 se inicia a ação conjunta com as empresas. Nesse período eram formados cerca de 400 jovens por ano (dados no folder da ONG CDM). A instituição passou por dificuldades financeiras e hoje oferece, para o curso voltado à construção civil, apenas 105 vagas para eletricitista e pedreiro⁸.

Na sua quadra de esportes a Instituição CEFO oferece um curso de esporte para crianças, a partir dos cinco anos de idade, e jovens. A Instituição atua no bairro desde 1999 e nasceu da iniciativa conjunta entre moradores e um padre, com o objetivo de assegurar que as crianças ficassem “longe da rua”.

O curso do CEFO, portanto, oferece qualificação para *Auxiliar na Construção civil*: como pedreiro e pintor, eletricitista, hidráulico e almoxarifado. Os jovens devem estar matriculados numa escola formal, caso não tenham o certificado de conclusão do ensino médio. O pré-requisito formal para participar é ter 18 anos completos e ter concluído, pelo menos, o quinto ano do Ensino Fundamental. O interessado deve passar por um exame de seleção. Esse curso, com duração de 400 horas, também está estruturado com aulas práticas e teóricas. As aulas teóricas têm uma carga horária bem maior do que as atividades práticas, que só acontecem uma vez na semana. A parte teórica do curso oferece as disciplinas: Matemática, Física, Português, Desenho Geométrico, Informática e Formação Humana. As aulas práticas são realizadas por dois professores e três monitores. Para aprendizes de pedreiros e de pintores as aulas práticas são ao ar livre. Nesta área eles aprendem a lidar com os

⁷ O Subúrbio Ferroviário de Salvador é uma região periférica, formada por 22 bairros, que recebeu essa denominação em função da linha férrea que liga o bairro da Calçada a Paripe, todos eles localizados na parte baixa da cidade de Salvador. Trata-se de uma das regiões mais problemáticas da cidade, com grande concentração de pobreza, moradias precárias, infraestrutura de serviços deficitária e nos últimos dez anos, assolada por altos índices de violência (ver Carvalho 2010; Carvalho e Pereira 2007; Espinheira, 2004)

⁸ Os dados mais recentes foram obtidos no site da Instituição. Contudo, devido à pandemia do COVID 19 não foi possível estabelecer contato telefônico nem por outro meio para maiores atualizações.

materiais, a “levantar” uma parede e praticam as atividades relacionadas à profissão. Para os eletricitistas, hidráulicos e almoxarifes, assim como para a carpintaria as aulas práticas acontecem num pequeno galpão-oficina na área da Instituição.

No caso do CEFO os professores possuem licenciaturas em áreas distintas: pedagogia, matemática, letras vernáculas, desenho industrial, informática. Já os instrutores, responsáveis pelas disciplinas de prática, não têm curso universitário.

As aulas teóricas ocorrem em salas específicas: há o espaço para aulas de Português, assim como há o espaço para aulas de Desenho, de forma que os participantes se movimentam pelo prédio. Há ainda uma sala com um projetor de slides e um de vídeo, uma grande televisão e duas caixas de som. A sala de informática dispõe de nove computadores para as aulas. Apesar de ser a única sala com climatização, o calor no seu interior ainda é muito grande porque os aparelhos não são adequados à demanda.

O tempo e espaço do curso são rigidamente estruturados pelas regras que ordenam o decurso das ações: os cursistas têm que usar o uniforme e sempre trazer as apostilas do curso e não portar adereços estéticos nas aulas. O tempo é estruturado em função da realização do que foi planejado: a construção de uma minicasa e sua demolição, atentando para não desperdiçar os materiais. Cabe à secretaria e aos professores e instrutores marcar a inobservância com uma advertência verbal. O ordenamento do espaço engloba desde a pontualidade até a limpeza e cuidado com os instrumentos e o manuseio econômico com os materiais de trabalho.

Um outro aspecto do ordenamento do espaço é que os estudantes não devem deixar as salas de aulas antes que a campainha toque. Isso acarreta frequentemente que os professores os mantenham no espaço de aula, mesmo que já tenham realizado suas tarefas. Na sala de computadores a internet não deve ser utilizada para *chat* ou para visitas ao *facebook*, todavia o/a professor/a pode disponibilizar alguns minutos de aulas, no seu final, para o *surf*. “Aqui tem regras para tudo. Eles sabem das regras”, disse uma professora.

As tarefas do curso na CEFO exigem, além das competências básicas (ler, fazer contas, escrever), também o desenvolvimento de habilidades no tratamento com instrumentos e materiais da construção. A aula teórica ocorre da mesma forma como na escola formal: aula expositiva e trabalhos de grupo. No que diz respeito ao perfil dos cursistas, segundo os professores, é muito distinto em relação à aquisição das

competências básicas. Alguns leem e escrevem muito mal, outros não sabem fazer contas elementares, e alguns, uma minoria, já têm o nível médio concluído.

O que dizem os entrevistados do CEFO:

No CEFO os professores possuem licenciaturas em áreas distintas: pedagogia, matemática e letras vernáculas; as outras formações são graduações em desenho industrial e informática como assinalamos acima. Há também os instrutores das disciplinas de prática que não têm curso universitário. A diretora também tem nível superior completo. Com base nas entrevistas narrativas com a pedagoga e o instrutor do CEFO, é possível discutir alguns aspectos do trabalho pedagógico da Instituição. Vale ressaltar que o instrutor entrevistado é egresso deste curso e está no último semestre da graduação em pedagogia.

Um primeiro aspecto que se pode discutir, a partir da narração da professora do CEFO é a questão da formação para o trabalho pedagógico escolar com a população em situação de vulnerabilidade. É opinião comum pensar que as escolas e seus professores não estão preparados para lidar com as demandas desta parcela da população:

(...)a gente, os professores não são capacitados ne, a gente não é preparado pra atender justamente a população carente, a população que necessita de um acompanhamento mais diferenciado, apesar de que os meninos de escola particular também tem problemas, mas os problemas são completamente diferentes né? E aí, eu aprendi a ir lidando com eles. (Professora de Formação Humana)

Aqui a professora se posiciona criticamente em relação à falta de perspectiva social na formação. Com efeito, a narradora critica não apenas a escola pública, mas o que ela chama de falta de capacitação e preparo para atender às demandas pedagógicas de um público específico que sofre os processos de exclusões múltiplas. A formação para atuação nas escolas parte da existência de pré-condições propícias para o trabalho docente, que homogeneíza o público a ser atendido. No final do trecho temos implícito que a 'capacitação' para o exercício docente junto ao público atendido pelo CEFO ocorre diretamente no exercício da função. De fato, a questão da formação pedagógica de professores para atuar na educação profissional não é apenas um desafio ao trabalho realizado pelo terceiro setor, mas uma antiga questão a ser superada na educação profissional e tecnológica oferecida pelo Estado mencionada no início desse artigo.

Um outro aspecto crítico relativo a essa formação pedagógica do educador da educação profissional emerge novamente na fala da professora. Desta vez o destaque vai para a falta de conexão entre teoria e prática.

Eu não quis perder esse lado, que é justamente pra tá né, entrando em contato com eles, né pra saber, o professor vai adquirindo experiência depois da prática, ainda mais na nossa formação aqui, a nossa formação no Brasil tá, faculdade não dá essa formação de prática, só teoria teoria, quando você parte pra prática você vê que as coisas são completamente diferentes. (Professora de Formação Humana)

A vinculação da teoria com a prática é tema antigo e recorrente na formação pedagógica. Esforços vem sendo empreendidos no sentido de ampliar a dimensão dessa conexão nas licenciaturas. Recentemente houve mudanças curriculares em todas as licenciaturas nas Universidades do Estado da Bahia, em observância à Resolução do CNE/CP nº 002/2015, que exige a dedicação de 400 horas da carga horária curricular para as práticas: laboratórios de ensino e aprendizagem, extensão universitária entre outras formas metodológicas de exercício, têm que fazer parte do cotidiano da formação. Além disso, programas como o Residência Pedagógica ajudam a estreitar a conexão, ampliando a inserção do\da estudante no futuro espaço de trabalho. Quando se fala em prática, na área pedagógica, entendemos as possibilidades organizadas de contato direto com o campo de trabalho posterior: as escolas e demais espaços de ensino e aprendizagem.

Para alguns autores, entretanto, a ação profissional pedagógica se situa entre o saber e o não-saber; em cada tentativa de determinação da ação pedagógica escapa-se aos conhecimentos adquiridos. Neste sentido, não pode haver 'receituário fixo de ações' para superação das situações que se apresentam. De acordo com Schritteser (2005) o núcleo da ação e da profissionalidade pedagógica é o "não-saber" e 'não-poder-saber", que impõe a tarefa de construir a relação entre o conhecimento e uma situação, um caso, uma singularidade; tal singularidade oferece resistência ao conhecimento, como uma estranha a ele, fechada, e por isso, absoluta (WIMMER, 1999 *apud* SCHRITTESSER, 2005. Não se trata de uma lacuna a ser preenchida ou falta de conhecimento a ser superada, mas da necessidade de uma penetração na formação de base teórica e um processamento do saber profissional adquirido.

Embora os gestores da educação, alguns professores e a maioria dos estudantes clamem por 'mais práticas', para Babel (2005) também não está claro, para o quê estas práticas deveriam habilitar. A autora supõe tratar-se de uma supervalorização da prática, que podem vir a transformar as Universidades em "lugar

de produção de professores prontos e acabados”. Ou seja, as expectativas, principalmente dos estudantes, estariam não nas medidas e meios de formação, mas nos resultados. Coloca-se, assim, um dilema teoria-prática, que só tem por efeito a desvalorização da formação científica para hipervalorização da sua utilidade prática. A desvalorização da formação científica significa a subtração da chance de uma formação que serve de base para o desenvolvimento de uma profissionalidade e práxis adequadas.

Ao narrar sobre as vivências no âmbito do fazer pedagógico, os professores também podem ampliar a percepção destas vivências e práticas bem como proceder autoavaliações e autoposicionamentos, bem como elencar requisitos para o exercício cotidiano da profissão.

Sempre percebo que necessito melhorar em algumas questões () nas aulas (...) Porque eu acho que o problema hoje maior é essa questão, é você saber trabalhar as relações humanas na sala de aula, encontrar uma maneira pra poder trabalhar. (Professora, CEFO)

As relações humanas são exatamente um foco primordial do trabalho social-pedagógico e também importante tema para a educação em termos gerais. Com efeito Caro (2009) coloca que a educação social pode auxiliar nos diversos espaços educacionais “como um apoio às possibilidades de relações que podemos desenvolver e propiciar aos educandos (...). Esta educação hoje não se limita aos socioeconomicamente excluídos, mas, tem “condições de lidar com dificuldades em diversos contextos sociais que hoje estão presentes em todas as camadas sociais” (p.156).

“A formação humana é valorizada no sentido das condições de superação da opressão, submissão e alienação do ponto de vista histórico, cultural ou político” conforme Filho, Lima e Mendes (2019). Percebemos, na narração da Professora, a preocupação com as questões para além da qualificação para o trabalho, que concernem a formação do ser humano integral, como preconizado nas teorias e filosofias emancipatórias e progressistas. Também percebemos preocupações que dizem respeito às questões estruturais que penetram nas esferas individuais, que podem levar à marginalização do jovem.

Para Filho, Lima e Mendes (2019) a tarefa dos professores ou monitores situa-se muito além de instruções e ensinamentos dos cânones das disciplinas ou do auxílio para desenvolvimento das competências básicas; consiste em refletir sobre e identificar “as posturas, atitudes, competências e sentimentos que podem e precisam

ser desenvolvidos nesta etapa da vida, os quais auxiliam no processo de formação e na construção de perspectivas de futuro “ (op.cit., p. 96). De acordo com uma perspectiva pedagógica e social, o conteúdo da aprendizagem, além da proposta curricular, também é co-determinado pelas necessidades do\da jovem cursista, bem como pelo contexto social. Trata-se da aprendizagem do possível, construído na relação pedagógica cotidiana entre professor\instrutor e estudante. Os interesses e a realidade do contexto e dos sujeitos estão na ordem do dia.

Outra questão diz respeito ao ‘perfilamento’ do jovem aprendiz em jovem trabalhador. No capitalismo a racionalidade da máxima ‘tempo é dinheiro’ tem sua validade. As empresas não estão dispostas a esperar por um trabalhador que não se adapta às regras estabelecidas.

Na construção civil ele chega em uma obra sete e meia da manhã, toma o café e vai até meio dia. Aqui no curso, temos o intervalo pra um lanche, tal, mas pra retomar a atividade depois do lanche é um sacrifício porque eles querem tá conversando com os amigos, colocando em dia a conversa, ouvindo um som; quando o sinal toca por, exemplo, nove e meia ou três e meia, tem que ficar chamando “vam’bora pra atividade” e quando eles tiverem lá em campo, eles não vão encontrar isso, não vai ter nem um lanche na verdade né? (Instrutor técnico, CEFO).

O curso pesquisado dura apenas cinco meses. Nesse tempo, os professores e instrutores têm que ter um desempenho pedagógico que possa levar os jovens a se apropriarem das habilidades e competências exigidas. Tais objetivos contêm também o perfilamento do jovem trabalhador para a observância das regras e apropriação de maneiras de se comportar em conformidade com as requeridas pelas empresas, ou seja, perfilar os participantes para a vida do trabalho com habilidades, competências, dentre as quais, também as competências sociais e a disciplina. Neste sentido, tanto os agentes institucionais quanto os cursistas estão sob pressão. As instituições querem que eles concluam a formação, porque elas precisam de apoio financeiro para receber outros grupos de jovens: demonstrar sucesso é importante. Por outro lado, paralelo à apropriação de habilidades técnicas, os\as jovens são perfilados ou docilizados (FOUCAULT, 2012) para o trabalho em escritórios e no canteiro de obras, quando eles aprendem a observar as regras correspondentes e quando se apropriam de maneiras de agir esperadas e desejadas pelo empregador.

A Casa do Cuidar

A Casa do Cuidar pertence à ONG LFC, ativa no Brasil em cinco Estados e desde 1940 atua no Subúrbio Ferroviário de Salvador com o objetivo de acompanhar, principalmente, famílias e crianças em situação de vulnerabilidade. No momento da pesquisa a Instituição passava por dificuldades financeiras. Faltavam recursos para contratar mais pessoal, como também para prover os materiais necessários aos projetos em andamento. A Casa do Cuidar é dirigida por uma pedagoga, uma das entrevistadas na pesquisa. O trabalho educativo *strictu sensu* é realizado com crianças e apenas as pessoas que trabalham com esse público possuem graduação em pedagogia.

Nessa Ong foi considerado o curso intitulado *Empregabilidade* direcionado a jovens em situação de desvantagem social, na faixa etária entre 16 e 24 anos. Vale frisar que a atuação junto a jovens não era uma linha de ação estruturante das atividades dessa Instituição e que a realização desse Curso visava oferecer a esse público a possibilidade, mesmo que remota, de inserção no mercado de trabalho ou algum tipo de ocupação mais duradoura que, em alguma medida, contribuísse para minimizar a situação de exclusão desses jovens limitando as chances de envolvimento com atividades ilícitas.

Assim, o curso de Empregabilidade em questão é realizado uma vez por ano, oferecendo trinta vagas com duração de cinco meses. Trata-se de uma parte do Programa Enter Jovem financiado pela USAID (*United States Agency for International Development*) em parceria com a AIR (*American Institute for Research*) e o Instituto Empreender, do Brasil. A Casa do Cuidar é a parceira na realização desse Projeto em Salvador.

O objetivo central do curso é ampliar o conhecimento dos jovens acerca do mundo do trabalho e propiciar condições para o desenvolvimento de habilidades, saberes e ações necessárias a integração ao mercado de trabalho e a construção de um plano de vida profissional (RIOS, 2007). Para a realização do curso a instituição disponibiliza uma sala com vinte computadores. O professor, a diretora ou um funcionário podem dar permissão e entregar a chave para abrir a sala. A sala também pode ser ocasionalmente ocupada para utilização da internet por não-cursistas e pelos cursistas. Alguns chegam sempre mais cedo, antes do curso começar para poder utilizar os computadores. Durante o curso os participantes devem vestir a camiseta da

Instituição. As crianças podem entrar na sala de computadores apenas com a permissão do professor, quando não é a hora do curso.

O curso consiste, na prática, em ensinar os participantes a fazer trabalhos de escritório usando os softwares *Word* e *Excell*. Os jovens participantes devem realizar os exercícios propostos pelo Instrutor servindo-se dos softwares indicados e ao longo dessas atividades os conteúdos teóricos e práticos são tratados. Parte dessas tarefas são enviadas ao Instrutor através de mensagens de e-mail e alguns dos outros exercícios são apresentados durante as aulas na forma de seminários.

O Instrutor é um jovem com nível médio completo e uma formação técnica em informática. Para ministrar as aulas ele mesmo participou de um treinamento com duração de um mês organizado pelo Programa Enter Jovem.

As aulas se assemelham às aulas que os jovens já experimentaram nas escolas: aulas teóricas tratando dos conteúdos, aulas com exercícios pré-estabelecidos, controle das saídas da sala de aula, o controle da presença ao final do horário mediante a chamada oral pelo professor ou mediante anotações de presenças e ausências realizadas em silêncio. Apesar da presença ser um requisito obrigatório, são registradas ausências entre os participantes. E, um dado preocupante, mas não surpreendente, é que, segundo o Instrutor, a maioria dos participantes não possui computador em casa. Os estudantes devem ter no mínimo dezesseis anos para participar do curso.

No curso são trabalhadas algumas noções, em nível de abstrações teóricas, como liderança, projeto de vida, cidadania. Além disso, deve-se mencionar que outros aspectos que têm validade no mercado de trabalho e que não estão nos cadernos dos planos do curso, são trabalhados, como por exemplo, “código de vestimenta” (*dresscode*), “boas maneiras no trabalho”, negociações no trabalho e entrevistas de apresentação. Isto quer dizer, que nos cursos não apenas as competências e habilidades são apropriadas ou treinadas, como também o curso é direcionado a um perfilamento dos jovens para o trabalho cotidiano nas empresas.

Finalizado o curso, os participantes deverão fazer um exame seletivo para um estágio de um ano numa empresa do serviço público; neste estágio eles receberão uma remuneração. Através do estágio amplia-se a probabilidade de se alcançar um contrato de trabalho regular.

O que dizem os entrevistados da Casa do Cuidar:

Uma vez que o curso não garante um posto de trabalho, os profissionais da Instituição têm que lidar com jovens que se decepcionam e assim, facilmente se desmotivam e vão abandonando o curso.

Porque tem que passar aquele conteúdo e tem vez que é um pouco cansativo...eles vem logo no começo e depois desistem, desistem porque acham que não vai dar em nada lá na frente. Mas esse curso é muito importante. A desistência maior é masculina. a área que tá mais conquistando é a feminina, tem que falar a verdade. (Instrutor técnico, Casa do Cuidar).

Na fala do instrutor técnico é possível perceber elementos que podem contribuir para o abandono, como o cansaço que resulta do excesso de conteúdo. Mas o que parece faltar, é a manutenção da motivação para continuar, não desistir. Exatamente essa motivação, que nos permite seguir adiante e finalizar aquilo que foi iniciado. Em se tratando, entretanto, da população com necessidades múltiplas, seria necessário buscar junto a estes jovens as razões para o abandono, que também podem estar em outras dimensões que não as subjetivas. Ao mencionar que os jovens desistem mais do que as jovens, podemos indagar, se a visão tradicional do homem como provedor, aliada à necessidade de bens materiais para a sobrevivência familiar, não seria a responsável por retirar os jovens dos cursos, para que possam ingressar imediatamente no mercado informal de trabalho.

A diretora, por sua vez, traz uma outra percepção:

Então assim, eles aceitam os cursos que nós oferecemos como alternativa. Mas é uma alternativa que não vai dar uma sustentabilidade a contento. Vai iniciar numa profissão vai motiva-los a buscar um aprofundamento no ensino fundamental uma conclusão num segundo grau, uma inserção numa universidade.

Para a diretora o curso pode significar uma possibilidade do jovem continuar motivado a prosseguir com a sua formação. Não se trata de inseri-los de imediato no mercado de trabalho, mas que eles\elas percebam que podem levar adiante a escolarização formal. A 'sustentabilidade' a que ela se refere é exatamente a capacidade de prover os meios materiais necessários à existência. No curso, se conseguem um posto de estágio, a remuneração provavelmente não ultrapasse meio salário mínimo. A depender da faixa etária do\da jovem, isso pode significar muito pouco para suprir as necessidades.

As diferenças de percepção entre o instrutor e a diretora dizem respeito, a uma visão mais ampla da totalidade das dinâmicas que envolvem o trabalho pedagógico de um lado, e de outro as expectativas dos\das sujeitos-alvo deste

trabalho, neste caso, daqueles que estão numa situação de ter que tomar providências em relação à sobrevivência material, porque não lhes resta outro tipo de possibilidade. O dilema-tragédia da escolha entre seguir a qualificação e continuar motivado a chegar ao nível superior de instrução ou interrompê-la, talvez, para sobreviver, está posto. Certamente o nível de qualificação de ambos agentes institucionais tem influência na percepção de cada um, da situação.

Também na Casa do Cuidar o aspecto da qualificação passa pela adequação para o posto de trabalho.

Teve uma pesquisa sobre o jovem que quando ele ia pra entrevista ele não sabia se comportar, fazia uma pergunta ele ficava tremendo, não sabia o que responder, e no módulo ensina como se comportar na área de trabalho, não é só na hora da entrevista, é depois. Passou, começou a trabalhar, comportamento dentro de uma empresa, dentro da sociedade, quais são os direitos dele, quando assinar a carteira quais são os direitos dele, a diferença de uma empresa particular pra uma empresa do governo. (Instrutor técnico, Casa do Cuidar)

Aqui são mencionadas duas dimensões do processo formativo. De um lado, a formação que visa a adequação à ordem do espaço e das relações no interior de uma instituição ou na sociedade. Por outro lado, também tem-se a preocupação com a preparação para o exercício da cidadania. Sem dúvida, elemento importante no processo educativo com as camadas subalternas, empobrecidas e carentes de informações elementares sobre o 'mundo do trabalho'. A partir do conhecimento conceitual acerca da cidadania os jovens poderão reelaborar sua leitura de mundo (no sentido de Paulo Freire) e de si mesmo no mundo. É importante pensar, sobretudo, sua própria condição no mundo, na realidade circundante e poder posicionar-se de forma autoconfiante. As Ong's que possuem recursos, lançam mão de diversas estratégias para trabalhar a questão da cidadania e dos direitos dos cidadãos\cidadãs com os jovens: esportes, oficinas de arte cênicas, capoeira e música fazem parte dos recursos que podem ser utilizados. Esse tipo de trabalho requer não apenas formação especializada como também conhecimento e engajamento por parte dos educadores.

Finalizando, abordamos um último aspecto da percepção do instrutor acerca da relação do\da jovem com o curso oferecido.

(...) tem jovem que quer aprender mesmo, mas tem jovem que ta ali só pra ganhar o certificado, pra dizer que tem o curso de informática, mas tem jovem-, assim 10% não quer, só quer o certificado. Agora a maioria hoje em dia quer aprender informática,

Saber lidar com as novas tecnologias da informação tornou-se um imperativo global. As Tecnologias da informação e da comunicação (Tics) já

penetraram em todas as esferas do fazer humano: saúde, religião, arte, entre outras. Os jovens, já nasceram neste movimento intenso de transformações advindas das novas tecnologias. Espera-se deles que tenham familiaridade e desenvoltura para lidar com esse universo. Neste sentido, o debate sobre a importância, os efeitos, a viabilidade de educação com as novas Tics tanto na dimensão das práticas pedagógicas quanto na dimensão das teorias pedagógicas estão cada vez mais presentes. Entretanto, para os jovens que não têm acesso a um equipamento privado nem a conexão com a internet, a expectativa de familiaridade e desenvoltura passa pela superação da exclusão. Sobretudo agora, com a impossibilidade prolongada de aulas presenciais, governos e instituições debatem sobre a exclusão digital e a conectividade de milhões de jovens brasileiros. É preciso indagar, partindo da consideração do instrutor, se a minoria de 10% que tem uma relação instrumental com o curso, interessando-se apenas pelo certificado, já possui conhecimento suficiente para dar conta de tarefas em programas de software e por isso, 'matam' as horas do curso. Uma vez que a maioria não possui computador em casa, como informado pelo instrutor, não surpreende que esta maioria esteja interessada em aprender e treinar durante as aulas.

Considerações finais

Para os jovens em situação de vulnerabilidade social estes cursos podem ser pré-requisitos para o ingresso no mercado de trabalho formal. A preparação para a ocupação de um posto de trabalho é mediada por professores e instrutores que têm níveis distintos de formação para o trabalho que exercem. O trabalho preparatório dos\das jovens inclui também medidas de disciplinarização que visam a observância pelos\pelos jovens da ordem dos espaços de trabalho. Neste sentido, tanto as regras nos espaços da CEFO quanto o 'saber se comportar' da Casa do Cuidar, bem como o uso do uniforme, servem à conformidade com as regras dos espaços futuros de trabalho. A própria noção de 'empregabilidade' vem sendo objeto de críticas no âmbito das Ciências Sociais. Para alguns autores trata-se de uma noção ideologicamente carregada, que desloca toda a responsabilidade do desemprego estrutural para as camadas trabalhadoras e isenta as dinâmicas do capital do seu processo de acumulação e do fomento à tecnologia que dispensa a força de trabalho das esferas da produção direta, da responsabilidade pela desconstrução dos postos de trabalho

nas diferentes arenas, tanto da produção direta quanto indireta (MACIEL, 2003; WENDT, 2008).

A responsabilidade pela exclusão estrutural nas esferas do trabalho recai, então, sobre os próprios trabalhadores excluídos e descartáveis que terão, por esforço individual, que tornarem-se 'empregáveis' a partir de esforços\ vontade individual de requalificação. Nessa lógica perversa, a responsabilidade pelos elevados índices de desemprego é atribuída aos que vivem do próprio trabalho que, segundo essa ótica, tem pouca ou nenhuma disposição e iniciativa para buscar a readaptação às exigências do mercado de trabalho.

Com os poucos cinco meses de trabalho os professores e instrutores estão sob pressão de mediar a qualificação técnica e social dos\ das jovens.

O trabalho docente como facilitador social da aprendizagem requer que se olhe atentamente para o público ao qual se vai dedicar a atenção pedagógica. Entretanto, para que se possa ter esse olhar será necessária uma formação que coloque professores e professoras em situação de possuidores de conhecimento e de sensibilização e que seja proporcionado vivências e teorizações a partir dos elementos que estão contidos nessas situações, seja na dimensão micro como macro, bem como sobre as possíveis formas de lidar com estas situações com sucesso. Se de um lado não pode haver 'receitas prontas', de outro lado, há que se ter clareza sobre as possibilidades de construção de estratégias bem sucedidas, lançando-se mão de recursos objetivos e subjetivos disponíveis.

Certamente, os cursos oferecidos pela Casa de Cuidar e pelo CEFO carregam uma série de limitações que vão da infraestrutura material à formação dos professores e instrutores, mas, ainda assim, essa pequena amostra do contexto estudado indica a existência de uma outra 'rede' de oferta de educação profissional composta por instituições como as envolvidas na pesquisa que compõem o chamado terceiro setor em toda sua diversidade.

De um lado temos a formação oferecida, anualmente, pela Casa do Cuidar, um curso de 5 meses em que aspectos mais gerais da chamada empregabilidade (atitude, postura, iniciativa, expressão corporal e oral, autoconfiança, etc.) se conjugam à aprendizagem de conteúdos básicos no manejo dos *softwares*, uma aposta na possibilidade de que a passagem do jovem pelo curso possa ensejar, ainda

que a longo prazo e de forma descontínua, mudanças positivas na vida desses “jovens de fronteira”.

Paralelamente, o CEFO, cuja vocação é a oferta de formação na área da construção civil, se encontra em situação de melhor estruturação de seu curso e conta com a importante parceria de empresas do ramo onde os jovens realizam a etapa prática. Um curso com pré-requisitos mais elevados, com abrangência mais ampla contemplando cerca de 200 jovens por 12 meses, abre uma melhor possibilidade de inserção profissional aos jovens.

Um outro aspecto que deve ser destacado quando a discussão está na formação pra o trabalho é o perfil de professores e instrutores envolvidos. Temos aí aspectos pedagógicos que a ‘rede’ do terceiro setor comunga, até certo ponto, com a Rede federal: a fragilidade ou a ausência de uma formação pedagógica capaz de tratar das inter-relações entre educação e trabalho. Vale acrescentar que, particularmente, no caso do terceiro setor seria oportuno refletir sobre uma formação pedagógica capaz de lidar com as relações entre educação e trabalho em contextos de exclusão e vulnerabilidade social que caracterizam os jovens atendidos.

Referências Bibliográficas

BABEL, Helene. Praxis - das “Maoam” der universitaeren Lehrerinnenbildung. In Dzierzbicka, Agnieszka; Kubac, Richard; Elisabeth Sattler (orgs). **Bildung Riskiert**. Erziehungswissenschaftliche Markierungen. Viena: Loecker, 2005.

BELLIZIA, Ana Paula. Educação Profissional e Organizações não governamentais: perfil das ONGs que desenvolvem formação profissional de jovens trabalhadores. **Educação em Revista**, Marília, V.12, n.2, p. 91-108, Jul.- Dez., 2011.

BELLIZIA, Ana Paula. Educação Profissional e Organizações não governamentais: panorama dos cursos de formação profissional de jovens trabalhadores no município de São, Paulo. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

CARO, Sueli Ma. P. Educação Social: uma questão de relações In: NETO, João Clemente de Souza; SILVA, Roberto da Silva, MOURA, Rogério (orgs.). **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Ed., 2009.

CARVALHO, Inaiá Ma. M. de. MetrÓpole - Introdução. In Inaiá Ma. M. de Carvalho (org.). **Dossiê: MetrÓpole Caderno CRH** v.23, n.59, Mai/ago, 2010.

CARVALHO, Josué de O.; CARVALHO, Lindalva R. S. O. A educação social no Brasil: contribuições para o debate. In: **I Congresso Internacional De Pedagogia Social**, 1., 2006. Cópia.

CÊA, Georgia S. dos Santos et al (Org.). **O estado da arte da formação do trabalhador no Brasil**. Pressupostos e ações governamentais a partir dos anos 1990. Cascavel: UNIOESTE, 2007.

DELUIZ, Neise; GONZALEZ, Wânia; PINHEIRO, Beatriz. Ongs e políticas públicas de educação profissional: propostas para a educação dos trabalhadores. **Boletim Técnico do Senac**, V.29, n.2, Maio/Agosto, 2003.

FILHO, Paulo de S.; LIMA, Cláudia C. G. MENDES; SANTIAGO, Leila A. da Silva. Teoria e prática: possíveis aproximações entre a pedagogia histórico-crítica e a prática e a prática educativa na educação profissional e tecnológica. In FERREIRA, Arthur Vianna; MOTA, Patrícia Flávia; SIRINO, Marcio Bernardino (orgs.). **Práticas Socioeducativas em Espaços Escolares e Não Escolares** (Teorias e Práticas em Pedagogia Social). Paco e Littera, 2019. Kindle-Version.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. História da violência nas prisões. 40. Aufl. Petrópolis: Vozes, 2012.

KÜSTERS, Ivonne. **Narrative Interviews**. Grundlagen und Anwendungen. 2.Aufl. Wiesbaden: VS Verlag, 2009.

MACIEL, Ma. do Socorro C. A ideologia da empregabilidade e a educação do(as) trabalhadores (as) In: Menezes, Ana Ma. D. de/Figueiredo, Fabio F. (org.) **Trabalho, sociabilidade e educação**. Uma crítica à ordem do capital. Fortaleza: Ed. UFC, 2003.

NATALI, Paula Marçal; MULLER, Verônica Regina. Formação de Educadores Sociais: o Estatuto da Criança e do Adolescente e a atuação profissional com meninas e meninos. In: FERREIRA, Arthur Vianna, MOTA, Patrícia Flávia; SIRINO, Marcio Bernardino (orgs.). **Práticas Socioeducativas em Espaços Escolares e Não Escolares** (Teorias e Práticas em Pedagogia Social). Paco e Littera, 2018. Kindle-Version.

OLIVEIRA, Ilzimar G.F. “Fazer Faculdade”: os Jovens, a Construção de Perspectivas e os requisitos subjetivos da trajetória de Formação. In: Oliveira, Ilzimar G.F.; Côrtes Junior, Moacir da Silva; Aneleto, Úrsula Cunha (orgs.). **Observatório da Educação Básica: a Universidade e a Formação no Território do Sisal**. Campinas: Pontes, 2018.

IBGE/PNADC. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>>.

OLIVEIRA, Ilzimar Gloria F. Caminhos biográficos em espaços educacionais não formais: jovens no Brasil a caminho da autoconstrução. Universidade de Viena, 2016. Tese de doutoramento. Cópia traduzida, não publicada.

OTTO, Hans-Uwe. Origens da Pedagogia Social. In: NETO, João Clemente de Souza; SILVA, Roberto da Silva, MOURA, Rogério (orgs.). **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Ed., 2009.

RIOS, Télika Cahayba. **Empregabilidade e Tecnologia**: Caderno de Atividades. Salvador: American Institute for Research, 2007.

SCHRAMMEL, Sabrina. Überlegungen zum räumliche Analysen von Bildungs- und Erziehungsprozessen. In Egger, Rudolf/Mikula, R./ Haring, S./Felbinger, A./Pilch-Ortega, A. (Orgs). **Orte des Lernens**. Lernumwelten und ihre biographische Aneignung. Wiesbaden: VS Verlag, 2008.

SCHRITTESSER, Ilse. Universitaet und Lehrerbildung. Dzierzbicka, Agnieszka; Kubac, Richard; Elisabeth sattler (orgs). **Bildung Riskiert**. Erziehungswissenschaftliche Markierungen. Viena: Loecker, 2005.

SCHÜTZE, Fritz. Biographieforschung und narratives Interview. In: **Neue Praxis** 13,3, 283-293, 1983. Cópia.

SILVA, Sandra R.Paz. **A nova política pública de qualificação do Brasil**: contribuições para uma análise do PLANFOR e do PNQ. 2011. 290 f. Tese de doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Educação.

WENDT, Tosca. Employability. In: DZIERZBICKA, Agnieszka; SCHIRLBAUER, Alfred (orgs.) **Pädagogisches Glossar der Gegenwart**. Von Autonomie bis Zertifizierung. Wien: Löcker, 2008.

Ana Maria Freitas Teixeira.

Salvador, Bahia, Brasil

Licenciada em Historia pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL), Bacharel em Ciências Sociais (Sociologia) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e Doutora em Ciências da Educação Sociologia - Université Paris 8. Atualmente é Professora Associada da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) no Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT). Coordenadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares e Formação Geral (NUVEM/CECULT) entre 2015-2017. Professora-orientadora do Programa de Pós-Graduação em Educação (NPGED) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (NPGECIMA) da Universidade Federal de Sergipe entre (2008-2015). Participa dos Grupos de Pesquisa Educação e Contemporaneidade (Educon/UFS) e Formação e Investigação em Práticas de Ensino - FIPE. Atua nas áreas de Educação, Cultura, Trabalho, Juventude. Temas de pesquisa: ensino, transições educacionais e trajetórias sociais; ensino superior, culturas juvenis, relação com o saber.

Email: ana.f.teixeira@hotmail.com

Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1789337412917532>

Ilzimar Gloria Ferreira Oliveira.

Salvador, Bahia, Brasil

Possui graduação em Ciências Sociais - Universidade Federal da Bahia (1985) e mestrado em Ciências da Educação - Paedagoagische Hochschule Freiburg - Alemanha (1996). Doutora pela Universidade de Viena - Áustria (2016). É professora assistente da Universidade do Estado da Bahia, lotada no Campus XIV, vice diretora do Campus XIV e ex-coordenadora do Observatório da Educação Básica do Território do Sisal - OBEDUCS. Coordenadora do Curso de Licenciatura em História. Atuou como Profa. Substituta em Instituições do ensino superior, a saber, na Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana e na Faculdade Santíssimo Sacramento. Tem experiência na área de Educação e Sociologia, pesquisando e orientando trabalhos principalmente os seguintes temas: a relações sociais nas escolas, violência escolar, construção de identidade, exclusão e inclusão social e escolar, narrativas biográficas, educação de jovens.

Email: ilzigferreira@gmail.com

Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3492372344238387>

Recebimento: 26/07/2020

Aprovação: 27/10/2020



Q.Code

Editores-Responsáveis

[Dr. Enéas de Araújo Arrais Neto](#), Universidade Federal do Ceará, UFC, Ceará, Brasil.

[Dr. Sebastien Pesce](#), Universidade de Orléans, França.